



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: geral@ans.pt



Nº: 13/2000

Data: 2DEZ00

COMUNICADO

Ataque ao associativismo militar gera indignação

O retrocesso funcional e a desvalorização profissional que há cerca de 2 anos a ANS tem vindo a denunciar e combater, teve o seu principal incremento com a alteração ao EMFAR aprovada pelo DL 236/99 de 25 de Junho.

Apesar do esforço que as associações militares fizeram, sensibilizando a Assembleia da República para proceder à apreciação parlamentar do DL 236/99, não foi possível inverter esta situação, dada a forma como a referida apreciação foi conduzida e concluída. Como na devida altura denunciámos, através dum verdadeiro "golpe de mão" perpetrado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A este "golpe de mão" não são alheias as propostas de alteração ao CJM, RDM e art.º 31º da LDNFA, que se lhe seguiram. Antes pelo contrário, como temos vindo a denunciar nas inúmeras iniciativas que, nos últimos meses, temos vindo a promover, com realce para o IV Encontro Nacional de Sargentos, realizado no passado dia 28 de Outubro, são tudo peças do mesmo *puzzle* - a imposição pela força do retrocesso funcional e da desvalorização profissional.

São ainda peças do mesmo *puzzle*, os perigosos e preocupantes sinais, que as últimas intervenções por parte de algumas chefias militares, deixam transparecer. Preocupantes pelo que deixam advinhar de uma qualquer tentativa de criação duma guerrilha institucional contra as associações de militares, que começa a ter forma com a tentativa persecutória de abrir um processo disciplinar ao Presidente do Conselho Nacional da AOFA, pela simples razão deste dirigente associativo ter assinado um comunicado da sua associação. Perigosos pelo clima de instabilidade que geraria tal guerrilha no seio das Forças Armadas, que a ninguém serviria, nem à Instituição, nem à Família Militar, nem ao País que honrosa e orgulhosamente servimos.

Queremos deixar bem claro, que todas as atitudes persecutórias que recaiam na pessoa de um qualquer dirigente associativo, tendo como razão actos praticados no desempenho das suas funções associativas, serão sempre interpretadas como

ataques inaceitáveis ao associativismo militar, e que nos reservamos a utilizar, por todas as formas, o direito inalienável de defesa.

Queremos ainda deixar muito claro, que responsabilizamos, desde já o Governo e os Grupos Parlamentares que têm inviabilizado uma alteração positiva ao artigo 31º da LDNFA, pelas consequências que vierem a ocorrer pois só a eles se deve as inadmissíveis e inconstitucionais restrições/proibições aos direitos de cidadania que os cidadãos em uniforme são alvo.

O associativismo militar em Portugal vai a caminho do seu 12º ano de existência, tendo pautado a sua vida por uma postura séria, responsável, disciplinada e disciplinadora, sendo inegáveis os seus contributos para a estabilidade das FFAA. Não é sério nem responsável negar esta evidência, pelo que recusamos qualquer tipo de associação com as dificuldades por que passa a Instituição Militar, estas têm outros culpados e protagonistas. As associações de militares têm procurado, com serenidade e persistência, intervir e colaborar no levantamento e nas soluções dos problemas que nos afectam, **os militares portugueses sabem-no bem!**

Por isso apelamos e incentivamos toda a Família Militar a estar atenta, actuante e unida na defesa do projecto associativo que corporizamos.

EM UNIDADE E COM DETERMINAÇÃO CONTINUAMOS

A ARRISCAR PELO FUTURO!

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

A DIRECÇÃO

LISBOA, 2 DE DEZEMBRO DE 2000